

Anexo às Demonstrações Financeiras

1 — Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

1.1 — Identificação da entidade, período de relato

Designação da entidade: Universidade do Algarve – NIF: 505 387 271

Endereço: Campus da Penha 8000-139 Faro

Código da classificação orgânica:

Tutela: Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

Legislação que criou a instituição e principal legislação aplicável

A Universidade do Algarve, tal como existe neste momento, resultou da união das duas instituições previamente existentes: a Universidade do Algarve, criada pela Lei n.º 11/79 de 28 de março e o Instituto Politécnico de Faro, criado pelo decreto-lei n.º 513-T/79, de 26 de dezembro.

Em 1982 foi nomeado o primeiro reitor da Universidade do Algarve, o Prof. Doutor Gomes Guerreiro, a quem sucederam o Prof. Doutor Carlos Alberto Lloyd Braga (1986), o Prof. Doutor Jacinto José Montalvão dos Santos e Silva Marques (1990), o Prof. Doutor Eugénio Maria de Melo Alte da Veiga (1993), o Prof. Doutor Adriano Lopes Gomes Pimpão (1998), o Prof. Doutor João Guerreiro, (2006), o Prof. Doutor António Branco (2013). O atual reitor, o Prof. Doutor Paulo Águas, iniciou o seu mandato em dezembro de 2017.

Em 1988, através do decreto-lei n.º 373/88, de 17 de outubro, e considerando que a Lei de Bases do Sistema Educativo, aprovada pela Lei n.º 46/86, de 14 de outubro, abria perspectivas à possibilidade de melhorar as condições de articulação do subsistema de Ensino Superior Universitário com o subsistema do Ensino Superior Politécnico na região, o Governo decretou a articulação, para efeitos de gestão comum, das duas instituições.

Na sequência da aprovação da Lei de Autonomia das Universidades (Lei n.º 108/88, de 24 de setembro) e perante a necessidade de existência no Algarve de uma instituição de ensino superior com a dimensão crítica necessária para enfrentar os problemas do desenvolvimento do País e em particular da região algarvia, foram elaborados os Estatutos da Universidade do Algarve.

Em 1991, reuniu uma Assembleia com a participação de representantes dos docentes, dos discentes e dos funcionários de todas as Unidades Orgânicas do Instituto Politécnico de Faro e da Universidade do Algarve e também dos representantes dos Serviços Centrais comuns às duas instituições, tendo sido aprovados os Estatutos vigentes até 2008. Estes Estatutos foram homologados pelo então Ministro da Educação, Eng.º Roberto Carneiro, através do Despacho Normativo n.º 198/91, de 27 de agosto.

Perante a aprovação dos Estatutos da Universidade do Algarve, entendeu o Governo que era necessário criar um enquadramento legal adequado à nova realidade, não só em termos de património como de meios humanos e, através do decreto-lei n.º 241/92, de 29 de outubro, decretou a extinção do Instituto Politécnico de Faro.

A Universidade do Algarve é, assim, uma instituição diferente das outras Universidades, dado coexistirem no seu seio Unidades Orgânicas de Ensino Superior Universitário e de Ensino Superior Politécnico.

Nos termos dos seus atuais estatutos publicados pelo Despacho normativo n.º 65/2008 de 11 de dezembro de 2008, a Universidade do Algarve, é uma pessoa coletiva de direito público dotada de autonomia estatutária, científica, pedagógica, cultural, administrativa, financeira, patrimonial e disciplinar.

1.2—Referencial contabilístico e demonstrações financeiras

Referencial contabilístico

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para a Administrações Públicas (SNC-AP). Não existiram quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de disposições e normas previstas pelo SNC-AP.

Comparabilidade

Em 01 de janeiro de 2019, a Universidade do Algarve transitou para o SNC-AP. De acordo com as instruções constantes do Manual de Implementação relativamente à conversão do POC-Educação para o SNC-AP, foi elaborada a seguinte conversão à data de 31 de dezembro de 2018 que se transformou no Balanço Inicial em SNC-AP à data de 01 de janeiro de 2019.

As demonstrações financeiras devem permitir uma análise comparativa com respeito ao período anterior. Deste modo, com vista ao cumprimento deste princípio houve um esforço para reclassificar a contabilidade de 2018, à luz das normas SNC-AP.

Não obstante, salienta-se que em algumas circunstâncias não é possível obter informação comparativa relativa ao período homólogo.

Reconciliação para o balanço de abertura de acordo com o SNC-AP

RUBRICAS	NOTAS	Valores conforme POC-Educação em 31/12/2018	Reconhecimento	Desreconhecimento	Critério de mensuração	Imparidades/reversões	Outros	Retificações	Reclassificações	SNC-AP em 01/01/2019
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)=(1)+...+(8)
ATIVO										
ATIVOS NÃO CORRENTES										
Ativos fixos tangíveis	(1)	50.969.917,25							-93.343,16	50.876.574,09
Propriedades de investimento										0,00
Ativos intangíveis	(1)	33.724,91							93.343,16	127.068,07
Participações financeiras		72.608,67								72.608,67
Outros ativos financeiros										0,00
Sub total		51.076.250,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	51.076.250,83
ATIVOS CORRENTES										
Inventários		14.929,11								14.929,11
Ativos biológicos										0,00
Devedores por transferências e subsídios										0,00
Devedores por empréstimos bonificados										0,00
Clientes, contribuintes e utentes		2.061.826,24								2.061.826,24
Estado e outros entes públicos		36.848,30								36.848,30
Outras contas a receber	(2)	17.082,07							26.798,17	43.880,24
Diferimentos	(2)	39.587,42							-26.798,17	12.789,25
Ativos financeiros detidos para negociação										0,00
Outros ativos financeiros										0,00
Caixa e depósitos		175.280,95								175.280,95
Sub total		2.345.554,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.345.554,09
TOTAL DO ATIVO		53.421.804,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	53.421.804,92

RUBRICAS	NOTAS	Valores conforme POC-Educação em 31/12/2018	Reconhecimento	Desreconhecimento	Critério de mensuração	Imparidades/reversões	Outros	Retificações	Reclassificações	SNC-AP em 01/01/2019
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)=(1)+...+(8)
PATRIMÓNIO LÍQUIDO										
Património/Capital		1.087.159,55								1.087.159,55
Outros instrumentos de capital próprio										0,00
Prémios de emissão										0,00
Reservas		1.222.804,03								1.222.804,03
Resultados transitados		-8.273.455,28								-8.273.455,28
Ajustamentos em ativos financeiros		-10.000,00								-10.000,00
Excedentes de revalorização										0,00
Outras variações no património líquido	(3)								46.942.145,93	46.942.145,93
Resultado líquido do período		799.653,20								799.653,20
Dividendos antecipados										0,00
Interesses que não controlam										0,00
TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO		-5.173.838,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	46.942.145,93	41.768.307,43
PASSIVO										
PASSIVO NÃO CORRENTE										
Provisões		12.153,61								12.153,61
Financiamentos obtidos										0,00
Fornecedores de investimentos										0,00
Responsabilidades por benefícios pós-emprego										0,00
Passivos por impostos diferidos										0,00
Outras contas a pagar										0,00
Sub total		12.153,61	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.153,61
PASSIVO CORRENTE										

RUBRICAS	NOTAS	Valores conforme POC-Educação em 31/12/2018	Reconhecimento	Desreconhecimento	Critério de mensuração	Imparidades/reversões	Outros	Retificações	Reclassificações	SNC-AP em 01/01/2019
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)=(1)+...+(8)
Credores por transferências e subsídios concedidos										0,00
Fornecedores		974.525,24								974.525,24
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes										0,00
Estado e outros entes públicos										0,00
Financiamentos obtidos										0,00
Fornecedores de investimentos		247.988,72								247.988,72
Outras contas a pagar	(4)	534.296,24							6.085.437,62	6.619.733,86
Diferimentos	(3, 4)	56.826.679,61							-53.027.583,55	3.799.096,06
Passivos financeiros detidos para negociação										0,00
Outros passivos financeiros										
Sub total		58.583.489,81	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-46.942.145,93	11.641.343,88
TOTAL DO PASSIVO		58.595.643,42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-46.942.145,93	11.653.497,49
TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO E DO PASSIVO		53.421.804,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	53.421.804,92

Notas:

(1)	Ativos Fixos Tangíveis e Ativos Intangíveis, em resultado da análise e reclassificação de todos os itens e à correção das diferenças entre o saldo das contas do razão de Ativos Fixos Tangíveis e Ativos Intangíveis e o respetivo ficheiro de cadastro do património.
(2)	No POCE estava registado em Acréscimos e diferimentos e no SNC-AP passa a estar em Devedores por Acréscimos de Rendimentos.
(3)	Subsídios ao Investimento, que passam a ser apresentados no Património Líquido, deixando de estar evidenciados no passivo. À data de 31 de dezembro de 2018, esta reclassificação foi no montante de 46.942.145,93 euros a crédito da conta "59 - Outras Variações no Património Líquido" (aumento do Património Líquido).
(4)	No POCE estava registado em Acréscimos e diferimentos e no SNC-AP passa a estar em Credores por Acréscimos de Gastos, em acréscimos de remunerações a liquidar no valor de 5.877.545,95 euros, em acréscimos de seguros no valor de 1.269,73 euros e em outros acréscimos o valor de 206.621,94 euros no montante total de 6.085.437,62 euros.

Valores de caixa e depósitos bancários

Em 2019 não existiram saldos da caixa e/ou seus equivalentes indisponíveis para uso.

À data de 31 de dezembro de 2019, os saldos de caixa e depósitos bancários são os seguintes:

N.º Conta	Conta	Saldo em 31.12.2019
111106	Campus Portimão	591,60 €
111207	POS - Reprodução documental (Gamb)	771,21 €
11803	FM - Tesouraria	11.750,00 €
12101	IGCP - UALGOE	597,94 €
12102	IGCP - FSE	1.065,79 €
12103	IGCP - Projetos Nacionais	7.989,99 €
122102	CGD - OE	32.938,81 €
122111	CGD - Tesouraria	5.000,00 €
122121	CGD - Cooperação com Timor	2.651,83 €
122201	ST - Protocolo Santander	2.853,36 €
TOTAL		66.210,53 €

2 — Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.

2.1—Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as disposições do SNC-AP e estão expressas em euros.

As demonstrações financeiras foram preparadas na base no princípio da continuidade das operações e em conformidade com os conceitos contabilísticos fundamentais de comparabilidade, consistência, especialização dos exercícios, substância sob a forma, não compensação e materialidade, respeitando as características qualitativas da relevância, da fiabilidade, da compreensibilidade, da oportunidade, da comparabilidade e da verificabilidade.

É de referir que pela aplicação do SNC-AP a vida útil dos Edifícios e Outras Construções sofreu uma alteração de 80 para 50 anos.

3 —Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis estão valorizados ao custo de aquisição deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que este se encontre na sua condição de utilização.

As depreciações são imputadas de acordo com o método das quotas constantes, ou método da linha reta. No que respeita às vidas úteis ou taxas de amortização, é aplicado o Classificador Complementar 2 do Plano de Contas Multidimensional, publicado no anexo ao DL n.º 192/2015, de 11 de setembro. Para cada elemento do ativo intangível, existe uma ficha de cadastro onde, entre outra informação, conta a respetiva vida útil ou taxa de amortização, bem como a quantia escriturada líquida.

Para os bens de reduzido valor, e por forma a manter a comparabilidade dos registos contabilísticos, a Universidade do Algarve optou por dar continuidade ao estipulado no art. 34.º do CIBE (Portaria n.º 671/2000): "Em regra, são totalmente amortizados no ano de aquisição ou produção os bens sujeitos a depreciação, em mais de um ano económico, cujos valores unitários não ultrapassem 80% do índice 100 da escala salarial das carreiras do regime geral do sistema remuneratório da função pública".

3.1 – Variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

Em 2019, a variação das depreciações e perdas por imparidade acumuladas registam os seguintes valores:

	Saldo Inicial	Reforços	Regularizações	Saldo Final
Ativos Intangíveis				
Programas de computador e sistemas de informação	2.206.686,98	138.190,66	-263.280,70	2.081.596,94
Propriedade industrial e intelectual	7.931,55	3.140,87	0,00	11.072,42
Outros ativos intangíveis	4.745,07	0,00	0,00	4.745,07
	2.219.363,60	141.331,53	-263.280,70	2.097.414,43

3.2 – Quantia escriturada e variações do período:

(em euros)

	Saldo Inicial	Reforços	Alienações e Abates	Depreciações e Amortizações Acumuladas	Saldo Final
Ativos Intangíveis					
Programas de computador e sistemas de informação	2.300.030,14	83.536,37	0,00	2.081.596,94	301.969,57
Propriedade industrial e intelectual	41.656,46	0,00	0,00	11.072,42	30.584,04
Outros ativos intangíveis	4.745,07	0,00	0,00	4.745,07	0,00
	2.346.431,67	83.536,37	0,00	2.097.414,43	332.553,61

Durante o ano de 2019, os ativos intangíveis sofreram as seguintes variações:

4 – Acordos de concessão de serviços: Concedente.

Não se aplica

5 —Ativos fixos tangíveis

Os ativos tangíveis estão valorizados ao custo de aquisição deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que este se encontre na sua condição de utilização.

Os encargos posteriores incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil dos ativos, ou a sua capacidade produtiva são reconhecidos no custo do ativo.

As depreciações são imputadas de acordo com o método das quotas constantes, ou método da linha reta. No que respeita às vidas úteis ou taxas de amortização, é aplicado o Classificador Complementar 2 do Plano de Contas Multidimensional, publicado no anexo ao DL n.º 192/2015, de 11 de setembro. Para cada elemento do ativo tangível, existe uma ficha de cadastro onde, entre outra informação, conta a respetiva vida útil ou taxa de amortização, bem como a quantia escriturada líquida.

Para os bens de reduzido valor, e por forma a manter a comparabilidade dos registos contabilísticos, a Universidade do Algarve optou por dar continuidade ao estipulado no art. 34.º do CIBE (Portaria n.º 671/2000): "Em regra, são totalmente amortizados no ano de aquisição ou produção os bens sujeitos a depreciação, em mais de um ano económico, cujos valores unitários não ultrapassem 80% do índice 100 da escala salarial das carreiras do regime geral do sistema remuneratório da função pública".

Relativamente ao património imobiliário da Universidade, este encontra-se todo registado em nome da instituição, à exceção do edifício da Escola Superior de Saúde de Faro que se encontra afeto à atividade da UAlg, cuja regularização depende do Despacho Conjunto dos Ministros das Finanças, da Educação e da Saúde, conforme o Decreto-Lei n.º 99/2001, de 28 de Março.

O Decreto-Lei n.º 30/2019 de 26 de fevereiro que aprova o plano de intervenção para a requalificação e construção de residências de estudantes, também conhecido como plano nacional para o alojamento no ensino superior, identifica o edifício da Escola Superior de Saúde da UAlg, como um imóvel a integrar o fundo nacional de reabilitação do edificado previsto neste plano de intervenção.

5.1 – Variação das depreciações e perdas por imparidade acumuladas

Em 2019, a variação das depreciações e perdas por imparidade acumuladas registam os seguintes valores:

	Saldo Inicial	Reforços	Regularizações	Saldo Final
Ativos Fixos Tangíveis				
Edifícios e outras construções	18.438.534,45	1.848.502,07	0,00	20.287.036,52
Equipamento básico	32.472.420,08	1.016.664,98	-908.839,40	32.580.245,66
Equipamento de transporte	408.230,22	4.884,66	-27.296,00	385.818,88
Equipamento administrativo	10.612.092,66	160.001,51	-1.507.650,07	9.264.444,10
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis	1.578.819,49	49.300,68	-9,98	1.628.110,19
	63.510.096,90	3.079.353,90	-2.443.795,45	64.145.655,35

5.2 Quantia escriturada e variações do período:

Durante o ano de 2019, os ativos tangíveis aumentaram sofreram as seguintes variações:

(em euros)

	Saldo Inicial	Reforços	Alienações e Abates	Depreciações e Amortizações Acumuladas	Saldo Final
Ativos Fixos Tangíveis					
Terrenos e recursos naturais	788.176,37	13.035,68	0,00	0,00	801.212,05
Edifícios e outras construções	65.094.871,14	621.017,80	0,00	20.287.036,52	45.428.852,42
Equipamento básico	35.150.546,36	602.919,64	910.311,55	32.580.245,66	2.262.908,79
Equipamento de transporte	435.502,92	0,00	27.296,00	385.818,88	22.388,04
Equipamento administrativo	11.088.136,51	311.746,39	1.507.650,07	9.264.444,10	627.788,73
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis	1.829.437,69	156.153,94	53,03	1.628.110,19	357.428,41
	114.386.670,99	1.704.873,45	2.445.310,65	64.145.655,35	49.500.578,44

Na sequência da verificação do inventário de património, por motivos de total obsolescência e inoperacionalidade, em 2019, foram abatidos bens no valor total de 2.445.310,65€. Na sua generalidade, estes bens estavam totalmente amortizados.

Cedência de Bens

Para a cedência de bens são cumpridas as disposições legais exigidas, ou seja, o equipamento apenas é cedido após autorização formal do dirigente máximo da instituição e aceitação por parte da instituição de destino. O documento inerente a este processo é um auto de cessão.

Em virtude dos Serviços de Ação Social não disporem de autonomia patrimonial, à data encontram-se cedidos os seguintes bens:

- Cantina de Gambelas;
- Bar n.º 2 de Gambelas;
- Residência do Ferragial;
- Residência do Campus da Penha;
- Armazém de Gambelas;
- Restaurante VIP – Campus de Gambelas;
- Residência de Berlim
- Residência 5 de outubro
- Residência Albacor

- Residência Oásis
- Residência de Gambelas

6. - Locações

A locação, é um acordo pelo qual o locador transfere para o locatário o direito de uso de um ativo durante um período de tempo acordado, em troca de um pagamento ou de uma série de pagamentos.

6.4 — Locações Operacionais - Locadores

Em 31 de dezembro de 2019, a UAlg detém os seguintes contratos em regime de locação operacional, na qualidade de locadora:

Locatário	BENS LOCADOS (1)	Valor do contrato (2)	Pagamentos efetuados pelo locatário acumulados (3)				Futuros pagamentos mínimos do locatário (4)				Valor presente dos futuros pagamentos mínimos (5)
			Período		Acumulado		Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Total	
			Pagamentos mínimos	Rendas contingentes	Pagamentos mínimos	Rendas contingentes					
MarSensing, Lda.	Incubação Empresarial	11.734,20	3.911,40		5.091,95		3.911,40	2.730,85		6.642,25	
Gyrad, Lda.	Incubação Empresarial	11.734,20	3.911,40		7.822,80		3.911,40	0,00		3.911,40	
Agro-On, Unipessoal, Lda.	Incubação Empresarial	22.804,20	7.601,40		7.601,40		7.601,40	7.601,40		15.202,80	
Acipenser, Soc. Port. Produção Caviar, Lda.	Incubação Empresarial	19.704,60	6.568,20		6.568,20		6.568,20	6.568,20		13.136,40	
Sandwork, Lda.	Incubação Empresarial	5.638,32	1.826,55		1.826,55		3.011,04	800,73		3.811,77	
Página em Branco	Incubação Empresarial	6.523,92	1.424,34		1.424,34		3.261,96	1.837,62		5.099,58	
Arteste, Lda.	Incubação Empresarial	6.523,92	1.424,34		1.424,34		3.261,96	1.837,62		5.099,58	
Associação AlgarveSTP	Cedência de espaço	6.523,92	1.424,34		1.424,34		3.261,96	1.837,62		5.099,58	
Silicongate, Lda.	Incubação Empresarial	5.697,36	415,74		415,74		2.612,52	2.669,10		5.281,62	
Jarva-Exploração Espaços Alimentares, Lda.	Instalação destinada à exploração de bar/cafetaria	37.760,03	7.614,90		27.606,83		7.614,90	2.538,30		10.153,20	
Jarva-Exploração Espaços Alimentares, Lda.	Instalação destinada à exploração de bar/cafetaria	8.856,00	1.771,20		6.494,40		1.771,20	590,40		2.361,60	
Jarva-Exploração Espaços Alimentares, Lda.	Instalação destinada à exploração de bar/cafetaria	8.856,00	1.771,20		6.494,40		1.771,20	590,40		2.361,60	
Luísa Vieira Unipessoal, Lda.	Instalação destinada à exploração de bar/cafetaria	39.204,00	7.055,31		14.577,23		7.082,10	17.544,67		24.626,77	
Serdial Vending, S. A.	Cedência de espaço para vending	103.703,76	11.522,64		11.522,64		34.567,92	57.613,20		92.181,12	
Serdial Vending, S. A.	Cedência de espaço para vending	22.959,36	2.551,04		2.551,04		7.653,12	12.755,20		20.408,32	
Serdial Vending, S. A.	Cedência de espaço para vending	3.985,20	442,80		442,80		1.328,40	2.214,00		3.542,40	
Serdial Vending, S. A.	Cedência de espaço para vending	3.985,20	221,40		221,40		1.328,40	2.435,40		3.763,80	
Serdial Vending, S. A.	Cedência de espaço para vending	3.985,20	221,40		221,40		1.328,40	2.435,40		3.763,80	
Carob World Portugal, Lda.	Incubação Empresarial	1.247,22	1.247,22		1.247,22		0,00	0,00		0,00	
Carob World Portugal, Lda.	Incubação Empresarial	2.354,22	2.354,22		2.354,22		0,00	0,00		0,00	

7 — Custos de empréstimos obtidos

À data de 31 de dezembro de 2019, a UAlg não detém empréstimos

8 — Propriedades de investimento

As propriedades de investimento são imóveis, terrenos ou edifícios, ou partes de ambos, detidos por uma entidade pública para obtenção de rendimento e/ou valorização de capital. A Universidade do Algarve não detém imóveis que cumpram exclusivamente este propósito. Todos os edifícios têm como principal propósito o desenvolvimento de atividades pedagógicas e de investigação científica.

9 — Imparidade de ativos

As imparidades resultam de contas a receber de clientes e alunos.

As provisões para créditos de cobrança duvidosa foram calculadas tendo por base os riscos de cobrança identificados no final do exercício. Para a criação das provisões foram considerados os clientes em mora há mais de 365 dias com exceção das Instituições Públicas (Estado em sentido lato), de acordo com o ponto 2.7.4 do POC-Educação.

Classe de Ativo	Natureza do Ativo	Saldo Inicial	Aumentos	Reversões	Saldo Final
Contas a receber de clientes	Ativo Gerador de Caixa	197.994,95	8.708,66	1.654,50	205.049,11
Contas a receber de alunos	Ativo Gerador de Caixa	2.111.573,59	444.496,29	582.556,99	1.973.512,89

Ano Letivo	Reversão de alunos
2007/08	4.208,02
2008/09	12.623,94
2009/10	11.445,57
2010/11	30.528,24
2011/12	69.497,35
2012/13	68.728,84
2013/14	63.102,80
2014/15	66.526,48
2015/16	77.539,10
2016/17	52.782,21
2017/18	125.574,44
2018/19	
Total	582.556,99

10 — Inventários

A política contabilística adotada na mensuração dos inventários incluindo a fórmula de custeio utilizada foi o custo histórico. Foi utilizado o sistema de inventário permanente.

11 — Agricultura

Em 2019, a UAlg não registou produtos agrícolas e/ou ativos biológicos.

12 — Contratos de construção

A UAlg não é entidade construtora.

13 — Rendimento de transações com contraprestação.

Os rendimentos de transações com contraprestação decorrentes da normal atividade da UAlg, são reconhecidos pelo seu justo valor, entendendo-se como tal, que o mesmo é livremente fixado entre as partes contratantes numa base negocial e de independência.

Estes rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu recebimento, em conformidade com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios.

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Taxas, multas e outras penalidades		
Propinas		
Propinas de formação inicial	5.313.788,75	4.792.623,21
Propinas de pós-graduações	140.746,72	78.592,05
Propinas de mestrados	1.541.849,29	1.547.936,34
Propinas de doutoramentos	170.316,84	199.540,48
Propinas internacionais	851.572,13	660.236,59
Propinas de mestrados integrados	212.650,90	387.447,05
Outras propinas	289.890,19	347.090,14
Taxas de matrícula	388.363,43	12.077,00
Taxas de exames	20.055,00	23.504,71
Taxas de melhorias de notas	9.080,00	9.420,00
Seguro escolar	87.662,04	83.055,08
Outras taxas	398.259,63	735.898,96
Multas e outras penalidades	133.814,69	3.617,86
Subtotal	9.558.049,61	8.881.039,47
Venda de bens	18.659,03	11.422,08
Subtotal	18.659,03	11.422,08
Prestação de serviços		
Serviços específicos do setor da educação		
Ações de formação	112.247,50	147.929,72
Inscrição em seminários, congressos e workshops	111.535,81	94.893,75
Realização de trabalhos gráficos	5.282,63	4.688,77
Atos clínicos e avaliação	60.905,17	69.476,86
Serviços de docência	4.106,00	0,00
Serviços de investigação	60,00	0,00
Serviços educativos e culturais	2.194,59	0,00
Autenticação de fotocópias	412,61	0,00

Vistorias e ensaios	19.754,65	0,00
Estudos, pareceres, projetos e consultadoria	207.025,67	297.026,56
Serviços sociais, recreativos, culturais e desporto	0,00	0,00
Serviços laboratoriais	70.865,39	57.755,87
Aluguer de equipamentos	0,00	0,00
Arrendamento	0,00	0,00
Reparações	0,00	0,00
Outros serviços	38.546,10	65.572,59
Subtotal	632.936,12	737.344,12
Total	10.209.644,76	9.629.805,67

As propinas de formação inicial e avançada são reconhecidas como rendimento na base do acréscimo. Para o ano letivo de 2019/20, é respeitada a respetiva proporção por anos civis: 4/8 em 2019 e 4/8 em 2020.

14 — Rendimento de transações sem contraprestação

Os rendimentos de transações sem contraprestação são registados no período a que se referem, independentemente do seu recebimento, em conformidade com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios.

As transações sem contraprestação subdividem-se em impostos e transferências.

Os rendimentos provenientes de transações sem contraprestação recebidos nos exercícios de 2018 e 2019, têm a seguinte decomposição na demonstração de resultados:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Rendimentos suplementares		
Donativos monetários	703.796,70	621.953,75
Donativos não monetários	60,78	0,00
Transferências obtidas		
Administração Central		
Estado	35.388.138,00	34.828.320,00
Outras Entidades	3.659.355,15	2.814.604,19
Segurança Social	2.509,99	4.536,01
Administração local	57.053,64	18.500,00
Setor privado		
Empresas financeiras	1.650,00	45.918,08
Entidades de setor não lucrativo	401.741,93	152.599,52
Resto do mundo		
União Europeia - Instituições	3.436.253,73	2.927.895,52
União Europeia - Países membros	1.439.704,66	888.540,92
Países terceiros e organizações internacionais	154.510,51	46.315,95
Subsídios obtidos	12.427,89	0,00
	45.257.202,98	42.349.183,94

15 — Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Uma provisão deve ser reconhecida quando, cumulativamente:

- Uma entidade tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um acontecimento passado;
- É provável que seja exigido um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para pagar essa obrigação;
- Pode ser feita uma estimativa fiável da quantia dessa obrigação.

Em 2019, ocorreram os seguintes movimentos nas rubricas de provisões:

(em euros)

Provisões	Quantia escriturada inicial	Reforços	Reversões	Quantia escriturada final
Impostos, contribuições e juros de mora	0,00	0,00	0,00	0,00
Garantias a clientes	0,00	0,00	0,00	0,00
Processos judiciais em curso	12.153,61	16.000,00	0,00	28.153,61
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias ambientais	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratos onerosos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação e reorganização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras provisões	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	12.153,61	16.000,00	0,00	28.153,61

As provisões são mensuradas ao valor presente da estimativa da obrigação.

As provisões para processos judiciais em curso são calculadas tendo por base o risco expectável para o desfecho dos processos e a melhor estimativa disponível relativa ao risco expectável.

Em 2019, encontram-se constituídas as seguintes provisões provenientes de processos judiciais em curso:

(em euros)

Processo	Tribunal	Autor	Motivo	Valor da Provisão
Proc. nº 712/18.2BELLE	Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé	Pedro Alfonso Ferré da Ponte	Diferenças salariais, a liquidar em execução de sentença, decorrente do reposicionamento remuneratório com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2018	2.025,60
Proc. nº 33/19.3BELLE	Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé	Isabel Maria Marques Saraiva de Carvalho	Diferenças salariais, a liquidar em execução de sentença, decorrente do reposicionamento remuneratório com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2018	2.025,60
Proc. nº 541/18.3BELLE	Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé	Ana Maria dos Santos Rosa da Costa	Diferenças salariais, a liquidar em execução de sentença, decorrente do reposicionamento remuneratório com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2018	2.025,60
Proc. nº 1696/18.2BELSB	Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé	Fernando Miguel Pais da Graça Lobo	Diferenças salariais, a liquidar em execução de sentença, decorrente do reposicionamento remuneratório com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2018	2.025,60
Proc. nº 73/19.2BELLE	Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé	Jorge Manuel Martins	Diferenças salariais, a liquidar em execução de sentença, decorrente do reposicionamento remuneratório com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2018	2.025,60

(em euros)

Processo	Tribunal	Autor	Motivo	Valor da Provisão
Proc. nº 528/18.6BELLE	Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé	José António de Sousa Moreira	Diferenças salariais, a liquidar em execução de sentença, decorrente do reposicionamento remuneratório com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2018	2.025,60
Proc. nº 182/14.4BELLE	Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé	João Miguel Gago Pontes de Brito Lima	Indemnização	16.000,00
Total				28.153,61

De salientar que, existem outros processos interpostos por terceiros, no entanto foi entendimento da UAlg que os mesmos não irão resultar em qualquer encargo para a Universidade:

- Intentada por quatro alunos do Curso de Licenciatura em Ensino de Informática, corre ainda termos uma ação no Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé (Proc. nº 171/12.3BELLE), em que foi peticionada a indemnização de € 150.000,00, tendo a sentença sido já proferida com absolvição da Universidade, aguardando-se decisão do recurso interposto com subida para o TCA Sul em 28/04/2014.
- Decorre ação intentada pelo Prof. António Manuel dos Santos Casimiro no Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé (Proc. nº 39/12.3BELLE), a pedir o valor de indemnização de € 129.524,00. O Tribunal de 1ª Instância absolveu a UAlg por sentença de 04/11/2016, tendo sido interposto recurso pelo identificado Professor recurso que subiu ao TCA Sul em 06/01/2017.
- Do mesmo Prof. António Manuel dos Santos Casimiro corre termos ação executiva (Proc. nº 163/05.9BELLE-A) no Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé, em que aquele pede o cumprimento de sentença proferida em ação administrativa e, conseqüentemente, o seu provimento na categoria de Professor Catedrático com uma indemnização de € 196.912,45. O Tribunal de 1ª Instância indeferiu o pedido por entender ter existido causa legítima de inexecução de sentença. Foi interposto recurso em 09/07/2013, aguardando-se ainda decisão do TCA Sul.

Ativos contingentes

Os ativos contingentes surgem de acontecimentos não planeados ou inesperados que não estão totalmente sob o controlo da entidade e dão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos ou potencial de serviço para a entidade.

Deste modo, correm os seguintes processos judiciais que poderão resultar em futuros influxos:

- Proc. nº 1687/18.3BEBRG do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, Execução para pagamento de propinas no valor de € 1.308,86, em que o Executado Pedro Miguel Lopes Soares Gomes deduziu Oposição. Houve resposta por parte da UAlg e alegações em Novembro de 2019, aguardando-se decisão;
- Proc. nº 47/19.3BELLE do Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé, Execução para pagamento de propinas no valor de € 969,74 em que o Executado António Miguel Nunes da Silva deduziu Oposição. Houve resposta por parte da UAlg, aguardando-se decisão desde 11/02/2019;
- Proc. nº 754/18.8BELLE do Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé, Execução para pagamento de propinas no valor de € 970,45, em que o Executado Bruno Fernando Pinto

Madeira deduziu Oposição. Houve resposta por parte da UAlg, foram apresentadas alegações em 26/9/2019. Aguarda-se decisão;

- Proc. nº 309/18.7BELLE do Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé, Execução para pagamento de propinas no valor de € 988,11 em que a Executada Marta Susana Barral Martins deduziu Oposição. Houve resposta por parte da UAlg, foram apresentadas alegações em 07/02/2020. Aguarda-se decisão;

16 — Efeitos de alterações em taxas de câmbio

O valor da variação das taxas de câmbio não tem expressão relevante.

17 — Acontecimentos após a data de relato

À data em que as Contas são prestadas, existe um surto do Covid-19 que foi classificado como Pandemia pela Organização Mundial da Saúde em 11 de março de 2020 e alastrou também ao nosso país onde foi declarado o Estado de Emergência em 18 de março de 2020. A Universidade do Algarve adotou as medidas de prevenção adequadas à contenção da doença de acordo com as indicações da Direção Geral de Saúde (DGS) tendo sido elaborados Planos de Contingência relativos ao funcionamento interno da Universidade, bem como, à comunidade académica.

Uma vez que este surto tem um impacto social e económico muito significativo, gerando um elevado grau de incerteza para as entidades públicas, as implicações no relato financeiro podem também ser muito significativas, com efeitos que dependem da realidade de cada entidade. Apesar desta situação não afetar as Contas de 2019, levará a Universidade a incorrer em despesas não previstas em 2020, tendo em conta necessidades de proteção adicionais, bem como, as medidas de apoio à comunidade académica.

Decorrente deste cenário, e no que se refere às receitas, estima-se em 2020 uma quebra na cobrança de propinas e taxas, principal fonte de receitas próprias. Nesta conformidade, as Contas da Universidade relativas a 2019 foram preparadas com base no pressuposto contabilístico da continuidade, que se mantém apropriado.

18 — Instrumentos financeiros

A NCP 18 prevê que a mensuração inicial dos ativos ou dos passivos financeiros, aquando do seu reconhecimento, deve ser feita pelo seu justo valor.

Quando a mensuração subsequente dos ativos e passivos financeiros não possa ser feita pelo justo valor, a NCP 18 dispõe que os custos de transação ou os custos de emissão, consoante se trate, respetivamente, de ativos ou passivos financeiros, sejam acrescidos ao custo de aquisição.

Estado e Outros Entes Públicos

(em euros)

	2019		2018	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Retenção do Imposto sobre o Rendimento	0,00	727.867,00	0,00	38,27
Imposto sobre o Valor Acrescentado	0,00	36.492,77	1,13	71.130,24
Contribuições para a Segurança Social e ADSE	108.015,68	0,00	108.015,68	0,00
Caixa Geral de Aposentações	0,00	0,00	0,00	0,00
Imposto de Selo	0,00	0,00	0,00	0,00
	<u>108.015,68</u>	<u>764.359,77</u>	<u>108.016,81</u>	<u>71.168,51</u>

Encontra-se por receber o valor de 108.015,68€ da ADSE. Trata-se de uma duplicação de pagamentos à ADSE, estando em curso diligências com vista à sua recuperação.

O montante inscrito em Retenção do Imposto sobre o Rendimento no passivo no valor de 727.867€, respeitam às retenções nas remunerações ao pessoal pagas em dezembro de 2019, cuja entrega foi efetuada nos cofres do Estado em janeiro de 2020.

Contas a receber

As contas a receber encontram-se registada pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade, de forma a refletir o seu valor realizável líquido. Para efeitos de constituição de imparidade a Universidade do Algarve, considerou uma percentagem de 100% para dívidas de clientes em mora há mais de 365 dias com exceção das Instituições Públicas.

Clientes Cobrança Duvidosa	(em euros)
	2019
Alunos (Propinas)	1.973.512,89
Irmãos Cavaco SA	38.050,05
Clearwinds - Systems, Sa	30.850,37
Regionalarte, Lda	24.057,99
Acipenser, Socied. Portug. Produ	20.559,45
Única Best Consulting, S.A	10.622,29
CARTOGLOBO-Topografia e Proj.Lda	8.199,99
Santa Clara Açores - Futebol, SA	7.749,00
Magarb - Matadouro Regional do A	6.840,00
Return Code, Lda	3.189,56
Quinta da Fonte do Bispo Turismo	2.870,00
Federation Europeenne des Produc	2.420,00
Administração Condominio lote 9,	2.420,00
ALBUMARINA, SA	2.319,57
JJW Portugal, SA	2.109,45
Newshold SGPS, SA	1.930,00
Carmo & Guerreiro LDA, CS	1.870,00
Patolovet - Patologia Veterinári	1.703,09
Célula Viva, Soluções em Ambient	1.624,83
Consequência, Consultoria e Form	1.408,80
Marine and Coastal Management	1.382,29
Telecert, Lda	1.270,31
ATIVTOC-Contabilidade e Gestão,L	1.230,00
Golden Resorts - Gestão Hoteleir	1.180,80
IFM-GEOMAR Forschungsbereich Mar	1.149,50
Movisaude, Lda.	1.095,27
A S. Epaminondas, Lda	1.087,59
Associação BEST Faro Algarve	1.023,36
Associazione Ulisse	1.000,00
Outros inferiores a 1.000 euros	23.835,55
	2.178.562,00

	Saldo Inicial	Imparidade	Saldo Final
Cientes c/c	701.577,66	205.049,11	496.528,55
Utentes	3.541.572,31	1.973.512,89	1.568.059,42
	4.243.149,97	2.178.562,00	2.064.587,97

Em 31 de Dezembro de 2019 existiam dívidas de clientes de cobrança duvidosa no montante de 205.049,11€ e dívidas de alunos de cobrança duvidosa no montante de 1.973.512,89€.

Contas a pagar

As contas a pagar encontram-se registadas pelo seu valor nominal. O seu desreconhecimento ocorre quando cessam as obrigações decorrentes dos contratos, nomeadamente quando houver lugar ao seu pagamento.

Relação das dívidas a fornecedores Conta-corrente à data de 31.12.2019

Fornecedores c/c - Dívidas	(em euros)
	2019
Iberdrola Clientes Portugal, Uni	255.695,53
Centro Hospitalar do Algarve, E.	165.925,44
Euromex - Facility Services, Lda	123.407,24
Comansegur - Segurança Privada,S	98.792,47
Fagar-Faro,Gestão de Águas e Res	87.586,12
SAS - Serviços Acção Social da U	56.433,89
Inst.Invest.Desenvolvim.Tecnol.C	44.747,40
CISEC-Soluções Técnicas Engenhar	44.012,39
Centro de Ciências do Mar do Alg	43.262,20
RIS 2048 Sistemas Informáticos e	31.760,87
Alfagene, Novas Tecnologias Ciên	26.866,94
Project Box, Lda.	26.531,10
VWR International - Material de	25.408,72
Bluefocus, Unipessoal, Lda.	24.354,00
Fundação para a Ciência e a Tecn	22.363,52
Associação Académica da Universi	20.833,38
Straight Services Limpeza e Jard	20.541,00
Labor Spirit, Lda	19.397,05
Linde Sogas, Lda.	19.108,49
EBSCO - Information Services S.L	17.322,00
WEAIM, LDA.	15.190,50
ENZYMATIC, S.A.	14.889,24
PremiValor - Estudos, Investimen	13.837,50
Nzytech, Lda - genes & enzymes	13.808,08
Neoreax, Lda	11.473,60
ZEMBE - Distribuição e Soluções	10.266,30
Lusodoc - Documentação Técnico-C	9.944,55

Smile - Viagens e Turismo, Unipe	9.209,63
STAB - VIDA, Invest. e Serv. Ciê	8.617,52
Merck Life Science S.L.U. Sucurs	8.464,27
SPAROS, Lda	7.933,50
Primavera BSS, Software Gestão,F	7.718,25
Sizelab unipessoal, Lda	7.632,24
Joaquim & Fernandes-Electric.Tel	7.562,41
EPDSI - Encarregados da Protecçã	7.380,00
SERVISAN - Produtos de Higiene,	7.106,94
Digitalis - Distribuição e Gestã	6.794,57
Sarstedt, Lda	6.617,78
Innovatio Sensum consultoria, so	6.458,73
Bureau Van Dijk Electronic Publi	6.137,70
F.M.M.H-Investimentos e Serviços	6.023,56
Niobo, Lda	5.919,30
Ultragene, Lda	5.797,29
Vodafone PT, Comunicações Pessoa	5.621,12
Make it Better-Assoc.p/ Inovação	5.535,00
INVITROCELL	5.499,99
Serviços de Gestão Aplicada, Ld	5.417,96
Sultruck II, Lda.	5.406,00
LaLa - Laboratório de Águas do L	5.368,35
Schmitt - Elevadores, Lda. Deleg	5.324,13
LusoPalex Lda.	5.281,01
STAPLES PT - Equipamento de Escr	5.264,73
PintoBar - Exploração Avícola, L	5.200,57
Outros inferiores a 5.000 euros	235.110,81
	<hr/>
	1.668.162,88

Relação das dívidas a Fornecedores de Investimento à data de 31.12.2019

Fornecedores investimentos - Dívidas	(em euros)
	2019
Soquimica, Lda	36.863,58
Construmapi - Construção Civil,	27.006,22
Casa Ferreira-Francisco António	20.330,74
Zantiks Lda	4.998,00
ZEMBE - Distribuição e Soluções	1.999,18
PAULO S. CONDE, LDA.	1.020,90
Outros inferiores a 1.000 euros	1.480,96
	<hr/>
	93.699,58

Outros investimentos financeiros que não sejam participações de capital em entidades controladas, associadas ou acordos conjuntos.

	Fração do capital detido à data do relato	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final
			Compras	Ganhos de justo valor	Reversões de perdas por imparidade	Outros	Alienações	Perdas de justo valor	Perdas por imparidade	Outras	
Participações de capital - ao custo											
Globalgarve, S A	1,37%	2.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.500,00
Ass. Centro de Incubação Empresas de Base Tec. Vasco da Gama	7,24%	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
AREAL - Agência Regional de Energia e Ambiente do Algarve	5,66%	3.740,98	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.740,98
COTHN	2,12%	1.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.500,00
Fundação das Universidades Portuguesas	3,33%	49.879,79	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	49.879,79
		62.620,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	62.620,77

19 — Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados e contribuições para a Caixa Geral de Aposentações ou Segurança Social, férias anuais pagas e ausência por doença pagas, gratificações e outros prémios associados a resultados ou desempenhos (se pagáveis dentro de 12 meses após a data de relato).

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o respetivo pagamento.

A legislação laboral atualmente em vigor, determina que o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes de cessação do emprego, são reconhecidos como gasto no período em que ocorrem.

20 — Divulgações de partes relacionadas

O grupo Universidade do Algarve é constituído, pela Universidade do Algarve e pelos Serviços de Ação Social da Universidade do Algarve.

21 — Relato por segmentos

Não aplicável

22 — Interesses em outras entidades

A seguir encontram-se outras entidades que fazem parte do perímetro de consolidação

	Fração do capital detido à data do relato	Quantia escriturada inicial	Aumentos	Diminuições	Quantia escriturada final
Participações de capital - ao custo					
Algarve STP - Parque de Ciência e Tecnologia do Algarve	20,00%	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
CINTAL	20,00%	4.987,90	0,00	0,00	4.987,90
		9.987,90	0,00	0,00	9.987,90

23 – Outras Divulgações

Fornecimentos e Serviços Externos

	(em euros)	
	2019	2018
Serviços de transporte	22,52	0,00
Serviços de alojamento e de restauração	2.353,68	0,00
Trabalhos especializados	1.237.417,01	1.258.911,49
Publicidade, comunicação e imagem	141.997,08	149.355,37
Vigilância e segurança	390.201,65	413.259,65
Honorários	298.672,05	226.642,33

Comissões	37.049,35	0,00
Conservação e reparação	370.877,78	281.203,86
Seminários, conferências e traduções de empresas	57.102,31	70.091,27
Manutenção de espaços exteriores	40.697,90	0,00
Atividade tutorial	88.705,24	0,00
Outros serviços especializados	98.944,66	0,00
Peças, ferramentas e utensílios de desgaste rápido	2.412,73	723,04
Livros e documentação técnica	2.083,20	417,99
Material de escritório	48.015,89	23.497,98
Artigos para oferta e de publicidade e divulgação	17.171,62	23.624,96
Artigos de higiene e limpeza, vestuário e artigos pessoais	15.746,51	0,00
Medicamentos e artigos para a saúde	513,84	0,00
Produtos químicos e de laboratórios	364.762,67	379.856,08
Outros materiais	471.164,21	177.221,88
Eletricidade	981.980,03	935.101,59
Combustíveis e lubrificantes	53.520,99	54.180,07
Água	308.469,64	234.460,15
Deslocações, estadas e transportes	433.930,16	492.314,23
Rendas e alugueres	97.900,85	112.682,27
Correios	175,70	21.157,17
Acessos à Internet	130.499,07	60.157,44
Comunicações fixas de voz (telefones)	4.927,32	6.829,93
Comunicações móveis (telemóveis)	16.499,46	29.740,89
Outros serviços de comunicação	39.791,21	20.502,01
Seguros	29.770,12	13.748,44
Despesas de representação dos serviços	76.619,92	52.405,69
Limpeza, higiene e conforto	345.979,46	437.826,57
Outros serviços	323.798,14	714.383,88
	6.529.773,97	6.190.296,23

Financiamentos Obtidos

Nos Financiamentos obtidos encontram-se registados os subsídios reembolsáveis relativos às seguintes operações POSEUR:

Titulo da operação	Montante Máximo elegível	Contribuição Fundo de Coesão	Taxa de financiamento	Financiamento reembolsável	Financiamento não reembolsável	Receita recebida
Residência Universitária Albacor	73.680,69	69.996,66	95%	68.068,63	1.928,03	72.946,18
Eficiência Energética no Edifício 22 (ESGHT)	258.326,42	245.410,10	95%	242.009,76	3.400,34	130.852,93
Eficiência Energética no Edifício 27 (ISE principal)	186.211,94	176.901,34	95%	174.833,10	2.068,24	94.927,32
Eficiência Energética na Residência Ferragial (Lote 17)	72.912,28	69.266,77	95%	67.969,64	1.297,13	64.175,81
Edifício 28 (U)	394.078,01	374.374,11	95%	370.471,32	3.902,79	268.094,88
Eficiência Energética no Edifício 23 (ESEC)	213.046,09	202.393,78	95%	199.051,87	3.341,91	146.188,33
Eficiência energética no Edifício 6 (Cantina de Gambelas)	153.823,80	146.132,61	95%	143.783,93	2.348,68	21.895,61
Eficiência energética na residência (Lote E) da Universidade do Algarve	76.037,37	72.235,50	95%	70.774,88	1.460,62	0,00
Eficiência energética na residência Ferragial (Lote 16) da Universidade do Algarve	72.913,17	69.267,51	95%	67.970,48	1.297,03	0,00
	1.501.029,77	1.425.978,38		1.404.933,61	21.044,77	799.081,06

Dívida de Alunos - Propinas por ano letivo

Ano Letivo	(em euros)
	Valor Total em Dívida a 31/12/2019
2007/08	81.700,77
2008/09	108.120,06
2009/10	149.435,85
2010/11	174.753,72
2011/12	135.362,42
2012/13	111.714,80
2013/14	79.391,76
2014/15	103.318,10
2015/16	192.768,11
2016/17	238.846,08
2017/18	307.209,91
2018/19	581.782,65
2019/20	1.277.168,10
	3.541.572,33

Grau de acabamento dos Projetos de Investigação e Investimento

Para reconhecimento dos rendimentos provenientes de subsídios correntes dos projetos de investigação e desenvolvimento, é utilizado o método do grau de acabamento destes projetos.

Em 2019, o reconhecimento deste rendimento vem mais acelerado, na medida em que foram considerados na execução destes projetos, outros gastos que não foram em 2018 (imputação de gastos com o pessoal)

Alterações do Património Líquido

Descrição	Notas	Património Líquido atribuído aos detentores de Património Líquido da entidade-mãe											Interesses que não controlam	Total do património líquido
		Capital/Património Realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Reservas decorrentes da transferência de ativos	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no património líquido	Resultado líquido do período	TOTAL		
Posição no início do período	1	1.087.159,55	0,00	0,00	0,00	1.222.804,03	-8.273.455,28	-10.000,00	0,00	46.942.145,93	799.653,20	41.768.307,43		41.768.307,43
Alterações no período		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	799.653,20	0,00	0,00	-1.593.845,00	-799.653,20	-1.593.845,00		-1.593.845,00
Primeira adoção de novo referencial contabilístico		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Alterações de políticas contabilísticas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Realização do excedente de revalorização		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Excedentes de revalorização e respetivas variações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	799.653,20	0,00	0,00	-1.593.845,00	-799.653,20	-1.593.845,00		-1.593.845,00
	2	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	799.653,20	0,00	0,00	-1.593.845,00	-799.653,20	-1.593.845,00		-1.593.845,00
Resultado líquido do período	3	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.140.361,29	1.140.361,29		1.140.361,29
Resultado Integral	4=2+3	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	799.653,20	0,00	0,00	-1.593.845,00	340.708,09	-453.483,71		-453.483,71
Operações com detentores de capital no período		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Realizações de capital/património		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Entradas para a cobertura de perdas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Outras operações	5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Posição no fim do período N-1	6=1+2+3+5	1.087.159,55	0,00	0,00	0,00	1.222.804,03	-7.473.802,08	-10.000,00	0,00	45.348.300,93	1.140.361,29	41.314.823,72		41.314.823,72

As Outras alterações reconhecidas no Património Líquido no valor de 1.593.845€, contemplam o reconhecimento de rendimento proveniente de subsídio ao investimento no montante de 1.849.375,59€. Contemplam ainda em doações e cedência de ativos o valor de 255.530,59€.